

Relatos de cidadania na revista *Brasileiros*: intenções nobres e resultados relativos¹

 Jorge Kanehide Ijuim²
Criselli Montipó³

Resumo

Este artigo investiga a presença de relatos sobre cidadania na revista *Brasileiros*. Tal preocupação se baseia no ideal democrático do jornalismo de dar voz a todas as gentes, de diversos gêneros, classes sociais, estilos, culturas, entre outros. O intuito foi discutir as noções sobre cidadania e averiguar o tratamento dado ao tema. Após uma revisão bibliográfica, analisamos uma amostra de reportagens com os recursos da Análise Pragmática da Narrativa Jornalística (MOTTA, 2010). As narrativas demonstram um entendimento de *Brasileiros* sobre um modelo de perfil cidadão.

Palavras-chave: Fundamentos do jornalismo; cidadania; narrativa jornalística; revista *Brasileiros*

Resumen

En este trabajo se investiga la presencia de narrativas de la ciudadanía en la revista *Brasileiros*. Esta preocupación se basa en el ideal democrático del periodismo, para dar voz a todas las personas de diferentes géneros, clases sociales, estilos, culturas, entre otros. El objetivo fue discutir las nociones de ciudadanía y para investigar el tratamiento del tema. Después de una revisión de la literatura, se analiza una muestra de los textos con los recursos de análisis pragmática de la Narrativa Periodística (Motta, 2010). Los relatos demuestran una comprensión de *Brasileiros* en un perfil de ciudadano modelo.

Palabras clave: Fundamentos del periodismo, ciudadanía, narrativa periodística, revista *Brasileiros*.

Abstract

This paper investigates the presence of narratives of citizenship in *Brasileiros* magazine. This concern is based on the democratic ideal of journalism, to give voice to all people of different genders, social classes, styles, cultures, among others. The aim was to discuss the notions of

¹ Trabalho parcialmente apresentado na VIII Conferência Brasileira de Mídia Cidadã, Brasília, 2012.

² Doutor em Comunicação/Jornalismo pela Universidade de São Paulo. Pós-doutorado na Universidade de Coimbra, Portugal. Professor do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina.

³ Mestre em Jornalismo pela Universidade Federal de Santa Catarina.

citizenship and to investigate the treatment of the subject. After a literature review, we analyze a sample of reports with the resources of Pragmatic Analysis of Narrative Journalism (MOTTA, 2010). The narratives demonstrate an understanding of *Brasileiros* on a model citizen profile.

Keywords: Fundamentals of journalism; citizenship; narrative journalism; *Brasileiros* magazine

Cidadãos brasileiros em revista

A revista *Brasileiros* é uma publicação mensal e está em circulação no mercado editorial brasileiro desde julho de 2007. A editora, com sede em São Paulo (SP), tem como diretor responsável o jornalista e fotógrafo Hélio Campos Mello. Desde sua primeira edição, a revista evidenciou que seu foco seria o Brasil e seus habitantes: “*Brasileiros, revista mensal de reportagens, tem como foco o Brasil, seus grandes temas, seus grandes desafios e, principalmente, seus habitantes e suas histórias*”. O nascimento da revista se mistura com um momento de mudanças na vida de seu idealizador; a revista foi criada por ele logo após sua saída de *IstoÉ* (no início de 2006), onde atuou como diretor do veículo por 12 anos. Mello decidiu formar uma equipe com jornalistas que compartilhavam com ele o desejo de empreender algo novo, uma publicação, nas suas palavras, menos “ranhenta” diante do Brasil, e que pudesse olhar as coisas boas do país sem ignorar as coisas ruins. Afinal, para ele, cidadania se faz tentando mudar o que não está bom. Por isso, a nova revista também visava a atender sua postura ideológica sobre a prática jornalística⁴.

Foi então que se juntaram a ele Ricardo Kotscho e Nirlando Beirão, profissionais com quem havia trabalhado em outros momentos de sua carreira. Eles ocupam as funções de repórter especial e diretor-adjunto, respectivamente. Todos produzem reportagens para a revista. Ricardo Kotscho, que é repórter desde 1964, já trabalhou como editor, chefe de reportagem, colunista, blogueiro e diretor de jornalismo⁵.

O escritor Nirlando Beirão, diretor-adjunto da revista, é jornalista desde 1967. Estudou Ciências Sociais na UFMG e na UFRJ. Tem oito livros publicados, participou do lançamento das revistas *Caras*, *IstoÉ*, *Senhor*, *Forbes* (Brasil) e *Wish Report*, agora, *Status*. Atualmente é comentarista do Jornal da Record News⁶

A equipe de redação de *Brasileiros* conta, ainda, com o repórter Marcelo Pinheiro; os editores especiais Alex Solnik e Eduardo Hollanda; Fernanda Cirenza, redatora-chefe; Cândida Del Tedesco, coordenadora editorial; e Deborah Giannini, editora de texto, além de um vasto grupo de colaboradores conhecidos e anônimos. Já escreveram para a revista Ruy Castro, Frei Betto, Mino Carta, Jorge Pontual, Chico Silva, Marta Góes, Audálio Dantas, Jorge Caldeira, Lidia Pena, Jorge Luiz de Souza e Washington Araújo, entre outros.

⁴ Informações concedidas em entrevista à autora em 7 de março de 2012.

⁵ Com informações do livro *Do Golpe ao Planalto* (2006) e do blog *Balaio do Kotscho*, disponível em: <<http://noticias.r7.com/blogs/ricardo-kotscho/perfil-ricardo-kotscho/>>. Acesso em: 13 jun. 2012. .

⁶ Com informações também de seu blog na R7: <<http://noticias.r7.com/blogs/nirlando-beirao/>>. Acesso em: 29 fev. 2012.

A autoria é uma das marcas da revista *Brasileiros*. Dessa forma, os jornalistas-narradores deixam escapar seus entendimentos sobre cidadania por meio de suas trajetórias profissionais. Tais marcas autorais permitem inferir que repórteres comungam do entendimento acerca do papel social do jornalismo como promotor da cidadania e de vigilante do sistema democrático. O Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros (Fenaj, 2007) se refere à defesa dos princípios contidos na Declaração Universal dos Direitos Humanos⁷. O Artigo 6º, Inciso XI, afirma ser dever do jornalista:

Defender os direitos do cidadão, contribuindo para a promoção das garantias individuais e coletivas, em especial as das crianças, adolescentes, mulheres, idosos, negros e minorias.

O documento estabelece, ainda, que é dever do jornalista defender a soberania nacional em seus aspectos político, econômico, social e cultural, além de preservar a língua e a cultura do Brasil, respeitando a diversidade e as identidades culturais.

Kovach e Rosenstiel (2004) ressaltam que a primeira responsabilidade dos jornalistas é com a manutenção da cidadania: “a principal finalidade do jornalismo é fornecer aos cidadãos as informações de que necessitam para serem livres e se autogovernar” (p. 31). Entre os elementos elencados pelos autores, também destacam que o jornalismo deve abrir espaço para a crítica e para o compromisso público, além de empenhar-se para apresentar o que é significativo de forma interessante e relevante, de forma compreensível e proporcional, atuando como um monitor independente do poder. Segundo os autores, as pessoas têm uma necessidade intrínseca – um instinto de saber o que acontece além de sua própria experiência direta.

Assim, estarmos a par de fatos que não podemos ver por nossa própria conta cria uma sensação de segurança, de controle, de confiança. (KOVACH e ROSENSTIEL, 2004, p. 17)

Silverstone (2002) sustenta que as pessoas precisam da mídia para fins de entretenimento e informação, de conforto e segurança. “Para ver algum sentido nas continuidades da experiência e também, de quando em quando, para as intensidades das experiências” (p. 12). Por isso mesmo, as narrativas são formas de experimentação da realidade social.

Nesse aspecto cabe ressaltar que, além de preocupar-se com o cumprimento de sua função educativa e para o exercício da cidadania, como agente difusor da memória coletiva de saberes e relatos, o jornalismo possui outras obrigações para com seu público. Como lembra Fontcuberta (2006), o relato jornalístico deve atentar para sua dimensão socializadora e para seu protagonismo na gestão do ócio das pessoas. Assim, a função do jornalismo em manter as pessoas informadas, com dados confiáveis sobre a vida pública, também colabora com a manutenção da cidadania.

⁷ Disponível no site do Ministério da Justiça, em <http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/ddh_bib_inter_universal.htm>. Acesso em 21 mai. 2012.

Que cidadania?

O termo “cidadania” etimologicamente vem do latim *civitas*, que significa “cidade”. Desde a Grécia e a Roma antigas, as ideias evoluíram de modo a estabelecer um caráter de pertencimento de um indivíduo a uma comunidade politicamente articulada, que lhe atribui um conjunto de direitos e obrigações. As noções contemporâneas sobre cidadania advêm da Modernidade com a estruturação do conceito de estado-nação, ao conferir ao cidadão a posse de direitos civis, políticos e sociais.

Como salienta Boaventura de Sousa Santos (2002), o projeto da Modernidade foi ambicioso e revolucionário. Suas possibilidades eram infinitas, mas, justamente por o serem, contemplaram tanto o excesso de promessas quanto o déficit do seu cumprimento. O caráter sociocultural era muito rico e, como tal, muito complexo e sujeito a desenvolvimentos contraditórios. Era assentado em dois pilares fundamentais – o da emancipação e o da regulação. No ponto de vista da emancipação, estava embasado nas racionalidades estético-expressiva, moral-prática da ética e do direito e cognitivo-instrumental da ciência e da técnica. Já no pilar da regulação, constituía o princípio de Estado, do mercado e da comunidade. Para o sociólogo português, o excesso reside no próprio objetivo de vincular os pilares de emancipação e regulação “e de os vincular ambos à concretização de objetivos práticos de racionalização global da vida coletiva e da vida individual” (2002, p. 71).

O alerta de Santos parece fazer sentido ao notar que, historicamente, as sociedades europeias intensificaram as relações de poder ao privilegiar, por um lado, os interesses econômicos de uma burguesia em ascensão – mercado – e, por outro, o poder político conquistado por essa mesma burguesia. Para o autor, o processo histórico causou o colapso da emancipação em regulação e, portanto, a “conversão perversa das energias emancipatórias em energias regulatórias”. Assim, instaurou a crescente promiscuidade entre o projeto da modernidade e o desenvolvimento histórico do capitalismo a partir de meados do século XIX.

Ao discorrer sobre o “projeto humano da modernidade”, Alberto Moreira ressalta que o ideário iluminista reflete na era moderna de modo a transformar a almejada autonomia em individualismo, um componente fundamental da nova cosmovisão. O homem é assumido como o centro da realidade, e destaca:

Mas não qualquer homem ou o homem abstrato da Declaração Universal dos Direitos do Homem: primeiro o burguês, europeu, branco, esclarecido e independente, depois o capitalista financeiramente bem-sucedido e cosmopolita, o industrial fabricante de aparelhos, o empresário competitivo e ágil, o técnico manipulador de complicados sistemas e por fim o executivo do alto escalão e o tecnocrata. (MOREIRA, 1993, p. 144)

A partir dessa visão, como sublinha Moreira, houve a passagem do *homo sapiens* ao *homo faber*, que vale não por uma suposta “essência humana”, mas pelo que ele tem, ou que pode produzir com seu saber. Da mesma for-

ma, distingue-se não tanto pelo que pensa ou em que acredita, mas principalmente pela quantidade e pela qualidade do que consome. Por fim, sua crítica evidencia a frustração ao constatar que o ideal de humanidade da era moderna não se embasou necessariamente nos laços tradicionais de pertença a um povo, raça ou confissão religiosa. No uso comum da mesma razão crítica realizou-se às avessas transformando-se num poderoso fator para “a extinção das diferenças individuais, para a uniformização do comportamento” (1993, p. 147).

A maior perversidade dessa cosmovisão para o entendimento das noções de cidadania é perceber que o homem europeu, branco, bem-sucedido deveria ser modelo em qualquer parte do mundo. O eurocentrismo, como lembra Santos, intensificou as culturas de fronteiras, de periferia e semiperiferia, estabelecendo abismos que vão além das diferenças cartográficas entre Norte e Sul, mas se estendem para marcar distinções entre ricos e pobres, civilizados e selvagens, brancos e negros (2010, p. 24-71).

Como essas noções de cidadania repercutem no Brasil? Mais precisamente, como a revista *Brasileiros* visualiza a cidadania dos brasileiros? Essa é uma questão que pretendemos desenvolver nas próximas linhas.

Procedimentos metodológicos

Os procedimentos metodológicos adotados para este estudo contam com recursos da Análise Pragmática da Narrativa Jornalística, proposta por Motta (2010). A análise deu atenção à *identificação dos conflitos*, como também buscou investigar como se deu a *construção de personagens jornalísticas*. Essa etapa permite que os personagens sejam classificados como protagonistas, antagonistas, heróis, anti-heróis. Já a identificação das *estratégias comunicativas* presentes no texto possibilita descobrir os dispositivos retóricos utilizados pelos repórteres e editores, capazes de revelar o uso intencional de recursos linguísticos e extralinguísticos na comunicação jornalística.

A metodologia sugerida por Motta também aponta para a observação acerca do *contrato cognitivo* e da *relação comunicativa* firmados pelo narrador. A averiguação das metanarrativas ou os significados de fundo moral ou fábula da história também são necessários. “É nessa dimensão da análise que o mistério da linguagem revela, em última instância, o fascinante jogo entre as intenções e interpretações da comunicação jornalística” (MOTTA, 2004, p. 130). Para o autor, ainda que a narrativa jornalística pretenda ser isenta e imparcial, é fortemente determinada por um fundo ético ou moral.

Relatos sobre cidadania

O corpus analisado permitiu constatar que a revista *Brasileiros* dá grande ênfase à reportagem de perfil. Para Vilas-Boas (2003), estas podem provocar reflexões sobre aspectos universais da existência e tratar de temas como vitória, derrota, expectativa, frustração, amizade, solidariedade, coragem, perda, separação. Na publicação investigada, os perfis destacam temas como cidadania e desenvolvimento socioeconômico, sob diversos enfoques, em que prevalece a abordagem empática, e evidenciam uma espécie de um padrão ideal de cidadão brasileiro.

A ideia de cidadania, dedicação e consciência política foi observada na edição 19, de fevereiro de 2009. A reportagem *A voz do povo*, com a retranca *Eleições – Cidadania* trata da “cidadã exemplar” (conforme denominada pela revista) Maria Aparecida de Souza Ferreira Fulfulé. Internamente a reportagem é intitulada *No Brasil, aposentada de Campinas, em São Paulo, exerce a cidadania “presencial”, frequentando diariamente o plenário da Câmara e dando puxões de orelhas nos políticos*. A reportagem foi publicada entre uma série de textos que tratam da eleição de Barack Obama, o primeiro presidente negro dos Estados Unidos.

Assinada por Rose Guglielminetti, a reportagem tem um caráter informativo e opinativo:

Faltam 10 minutos para as 18 horas de uma segunda-feira. O plenário da Câmara de Campinas, cidade do interior de São Paulo, está praticamente vazio. Porém, sentada na quarta fileira de cadeiras destinadas ao público, está a professora aposentada Maria Aparecida de Souza Ferreira Fulfulé, de 67 anos. (*Brasileiros*, 19, Fevereiro de 2009 – *A voz do povo*, p. 66)

A repórter escreve do ponto de vista onisciente, mas é também uma narradora intrusa, segundo Leite (2002), pois atribui suas impressões ao relato:

Ela não tem mandato, mas todos a consideram a 34ª vereadora da cidade. Cida Fulfulé, como é conhecida, bate cartão em todas as sessões ordinárias e atividades públicas da Câmara. Ela chega antes do que muitos vereadores e é mais assídua do que muitos deles. Temida entre os 33 legisladores de Campinas, Cida não se intimida em dar-lhes puxões de orelhas e, se preciso for, escreve ofícios exigindo uma resposta por escrito às suas reclamações. A política está em seu DNA. (*Brasileiros*, 19, Fevereiro de 2009 – *A voz do povo*, p. 66)

Há o emprego de adjetivos, o que reafirma o posicionamento de um narrador onisciente. Já a construção da personagem conta com o retorno ao passado e desvenda a infância da aposentada, apontando as raízes de seu gosto pela política, como herança do avô, Júlio Padilha de Souza Aranha, “que a carregava para todos os eventos políticos nas décadas de 1940 e 1950. Com 7 anos, ela adorava acompanhar os comícios do ex-governador Adhemar de Barros e do ex-presidente Jânio Quadros”. A personagem é

conhecida, portanto, a partir de um momento específico de sua vida. Sua atuação como professora não é tratada no relato.

O enfoque dessa narrativa está, curiosamente, no fato da aposentada exercer seu papel de cidadã, comparecendo sempre às reuniões da câmara, sem possuir um mandato de vereadora. “*Sei que incomodo, mas estou numa idade que não tenho de ter medo*”, é um dos desabaços da entrevistada. A narradora prossegue, no mesmo tom: “*Mesmo não gostando de algumas intervenções da ‘34ª vereadora’, os parlamentares de Campinas reconhecem que se a Câmara tivesse mais Cidas Fulfules sentadas nas cadeiras, a cidadania seria exercida de forma plena*”. A partir desse ponto, a narrativa assume o caráter polifônico, trazendo outras vozes para o debate, como dos vereadores que são favoráveis às intervenções de Cida e daquele que não gosta de sua participação ativa.

A reportagem enfatiza que Cida está exercendo sua liberdade de participar das reuniões da câmara, assegurado a todos os cidadãos brasileiros – que devem gozar de seus direitos civis e políticos. Por isso, a ênfase no diferencial do comportamento de Cida é mostrar justamente a ambiguidade, pois esse direito não é exercido pela maioria dos brasileiros, que desempenham sua participação política na maioria das vezes apenas nas eleições (já que o voto é obrigatório).

A abordagem segue à contramão do que a grande imprensa, em geral, prega como comportamento cidadão. Henriques e Formentão lembram que na maioria das vezes “o cidadão comum interage com aquilo que a comunicação social, ou jornalística, acredita como espaço de promoção da cidadania: o do *denuncismo*, o dos *escândalos*, o do *assistencialismo*, o dos *boatos*, o da *banalidade* e da *violência*” (2009, p. 3-4, *itálicos do original*). Cida não ocupa nenhum desses espaços, apenas exerce sua cidadania participativa.

A reportagem encerra com a frase: “*Independentemente da aprovação ou não dos vereadores, o fato é que Cida não é uma brasileira coadjuvante. Ela é dona da sua própria história*”. Apesar de pouco contextualizada, a narrativa apresenta o relato de uma mulher idosa, cheia de vida. Além do que está evidente, emergem vários sentidos da reportagem: evidencia-se o intuito de motivação, como a de um exemplo a ser seguido por outros brasileiros, para que sejam protagonistas da mudança no rumo de suas próprias histórias. Como aponta Fontcuberta, “as vidas alheias podem oferecer explicações ou respostas a situações ou problemas que se produzem na vida do público” (2006, p. 93). A narrativa também procura ressaltar que na velhice sobra maturidade para enfrentar críticas e exercer plenamente sua cidadania.

O papel cidadão também é o traço marcante da reportagem *A batalha do voo 1907*, publicada na edição 46, de maio de 2011, em que o jornalista Luiz Rebinski Junior aborda o drama do segundo maior desastre aéreo da história brasileira (mais de quatro anos depois) a partir do relato da empresária Rosane Gutjahr, viúva de uma das vítimas do acidente da Gol, Rolf Gutjahr. Trata-se da morte de 154 pessoas que estavam no voo 1907, do Boeing 737 da Gol, que foi atingido por um jato Legacy enquanto fazia a rota Manaus-

Brasília. A matéria faz parte do *Especial Mulher*, que traz reportagens e entrevistas com figuras femininas que têm se destacado no Brasil e no mundo.

No subtítulo há informações que sintetizam a história: Rosane recusou uma indenização oferecida pela empresa aérea, ajudou a formar uma associação e move processos na Justiça para que os culpados pela morte do marido e de outras 153 pessoas sejam punidos. Rebinski Junior adota a postura de narrador heterodiegético (MOTTA, 2010) que vê de uma perspectiva ilimitada:

No início daquela tarde, Rosane recebeu um telefonema do marido, que estava em Manaus a trabalho e a encontraria à noite no aeroporto. “Ele disse: ‘Nega, o voo está meio atrasado, mas estou embarcando daqui a pouco’. Perguntei se estava trazendo casaco, pois fazia muito frio em Curitiba. Enquanto eu preparava o jantar em casa, lá pelas sete da noite, a empregada atendeu uma ligação e começou a chorar. Então, liguei para a agência de turismo que Rolf comprava passagens, e a funcionária também atendeu chorando. Mas, até ali, eu imaginava que meu marido pudesse estar vivo.” Pouco depois, ela já estava no aeroporto. (Brasileiros, 46, maio de 2011, A batalha do voo 1907, p. 76)

O repórter situa cronologicamente o fato, lembrando que o assunto deflagrou aberturas de Comissões Parlamentares de Inquéritos (CPIs) e investigações da Polícia Federal e Aeronáutica, que concluíram que o equipamento anticolisão (transponder) do jato Legacy havia sido desligado durante o voo. Entretanto, os pilotos norte-americanos Joseph Lepore e Jan Paul Paladino retornaram aos Estados Unidos 60 dias depois do acidente e continuam atuando em empresas aéreas (na época estavam a serviço da ExcelAire, empresa que tinha acabado de adquirir o Legacy junto à Embraer). A grande luta de Rosane é para que os dois pilotos sejam condenados pela Justiça. Para isso, com outras 103 famílias, ela formou a Associação de Familiares e Amigos das Vítimas do Voo 1907.

Nessa narrativa, além do acidente, que é o conflito central, a contenda judicial para que os pilotos sejam punidos ocupa papel importante. O relato também realça a força da mulher, que, apesar de ter perdido o marido de forma trágica, busca forças para continuar e exerce seu papel de cidadã:

Ainda que as famílias que fazem parte da Associação ajudem a não deixar que o acidente seja esquecido, participando de manifestações públicas a favor da condenação dos pilotos, como a que aconteceu em frente ao hotel em que Barack Obama esteve hospedado no Rio, Rosane é hoje a única autora dos processos e quem paga todas as custas. Ou seja, se ela desistisse das ações, ou aceitasse o acordo proposto, o acidente, provavelmente, já teria sido esquecido. (Brasileiros, 46, maio de 2011, A batalha do voo 1907, p. 77)

Novamente a palavra *batalha*, usada no título, confirma o sentido: além de luta judicial e duelo contra a dor da perda, as atitudes de Rosane são também um combate para que o fato não desapareça entre outros tantos, para que a negligência dos pilotos não se repita. A narrativa busca, assim, que se solidarize à causa, para que ela não caia no esquecimento. De acordo com

Beltrão (2006), os psicólogos e estudiosos das reações coletivas observaram que o relato jornalístico tem um efeito surpreendente, porque a atualidade de um fato ou acontecimento atrai a atenção pública e a concentra em uma ordem de coisas em que cada leitor se sente solidário. Segundo o autor, forma-se uma espécie de laço invisível que une todos os homens por algo que reclama a sua atividade ou que serve de fundamento ao seu juízo. Ou seja, não a deixa cair no esquecimento. A narrativa também evidencia o comportamento cidadão de Rosane, que briga na justiça em nome da coletividade.

O perfil do ator baiano Lázaro Ramos foi matéria de capa da edição 42, de janeiro de 2011. A manchete *Este é o cara* evidencia esse tratamento dado pela revista. O conjunto de textos jornalísticos intitulados *Garoto mau* e *Garoto bom*, produzido pelos repórteres Alex Solnik e Marcelo Pinheiro em contextos e situações diferenciadas, busca constituir um perfil do ator, com diversas facetas de sua vida, respectivamente uma entrevista sobre seus personagens da ficção e a outra uma reportagem sobre sua atuação cidadã.

Essa análise está centrada na reportagem *Garoto bom*. Na abertura do texto é possível perceber a preocupação em trazer dados descritivos para o leitor: *“o agora escritor e celebrado ator chega esbaforido à Biblioteca de São Paulo”* e *“Carregando uma pequena valise vermelha, ele entra às pressas no camarim. Em dois minutos está de volta, vestindo um colete preto que cobre uma camiseta promocional”*. O repórter busca construir efeitos poéticos, com o uso de verbos de conselho: *“Não se deixem enganar. Como veremos adiante, muito além de estar ali por mera estratégia comercial, ele tem ‘mercadorias’ muito mais valiosas a oferecer”*. Emprega, também, adjetivos que trazem uma interpretação sobre o personagem. *“Figura rara nesse meio de celebridades frívolas – cercadas por seguranças e assessores de imprensa com suas interlocuções e restrições –, Lázaro é extremamente acessível e tem muito a dizer.”* A sequência de frases demonstra que, embora com dados objetivos, a revista permite que o repórter exerça sua subjetividade.

Na frase *“(o ator) Personifica como poucos de seu meio a figura do ‘rapaz de bem’, cantado por Johnny Alf. Sua onda também é do vai e vem. Boas ações que provocam boas reações”*, fica clara uma visão de mundo em que está presente a ideia de que o personagem é uma pessoa bem intencionada, que pratica boas ações, um legítimo cidadão brasileiro. Além disso, o ator é negro e alcançou sucesso no país que aboliu a escravidão negra há pouco mais de cem anos, onde, portanto, ainda existe muito preconceito.

Embora a reportagem parta de um fato, o lançamento do livro, a narrativa busca outros episódios para compor a figura de Lázaro Ramos. No intertítulo *“Um grande brasileiro na estreia da Brasileiros”*, o repórter lembra que Lázaro foi o protagonista que estampou a capa da primeira edição da revista, em julho de 2007. Destaca que, em re-

portagem de Chico Silva, que investigava as diversas facetas do preconceito, o ator com tranças jamaicanas deu seu testemunho e falou sobre sua trajetória de superação. Quarenta e dois meses depois, Lázaro volta à capa da revista. Para conceber esse personagem, a narrativa volta a sua infância e aproxima-se dos contos míticos de guerreiros, que atravessam momentos difíceis, sempre rumo à vitória, ao crescimento pessoal e às ações de bem comum.

O texto se aproxima da jornada do herói (MARTINEZ, 2004)⁸. Tal proximidade é sustentada por outras informações apresentadas na reportagem: o ator é um dos quatro brasileiros a representar o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) em defesa das crianças. Além disso, o ator dirige o programa *Espelho*, idealizado por ele no Canal Brasil, onde discute a identidade brasileira. O livro aborda o tema infância: a menina Edith, personagem da obra, dá uma guinada em sua infância, quando descobre que tinha uma velha sentada dentro de sua cabeça.

O relato final do entrevistado, que é também a fala que encerra o bate-papo na Biblioteca de São Paulo, revela um sonho de Lázaro: não precisar mais falar sobre preconceito. *“Essa ainda é uma ferida aberta em nossa sociedade. Acho isso uma tremenda perda de tempo. Tanta coisa que a gente poderia falar e, entre outras coisas, estamos aqui discutindo isso.”*

Há duas pequenas fotos que ilustram duas páginas da reportagem, em que aparecem Lázaro e o público. A legenda agrupa as duas imagens: *“Exemplo: A origem humilde não inibiu a capacidade de Lázaro sonhar e transformar a própria vida”*. Deixa claro, portanto, o significado de fundo: a narrativa traz evidências implícitas na construção do texto. O garoto mau, da ficção, não é um exemplo a ser seguido, pois é, nas próprias palavras do entrevistado, um anti-herói. Já a vida do ator, sua preocupação com a superação do preconceito e suas ações como escritor e representante da Unicef, trazem valores compartilhados pela sociedade brasileira, como a figura do bom rapaz, aquele que lutou e “chegou lá”.

Considerações finais

Ao compor o *corpus* de análise levando em consideração reportagens que tivessem como foco a vida de personagens brasileiros, foi possível perceber a recorrência da ideia de cidadão exemplar, um tipo de brasileiro a ser seguido, sentidos que emergem dos textos. Os cidadãos exemplares personificados em *Brasileiros*, mesmo que *diferentes* e marcadas suas *diferenças*, ainda conotam a noção do homem abstrato, que deve ser esclarecido, bem-sucedido, se não nos negócios, mas em espírito de luta e na superação de suas próprias limitações. As dificuldades e as privações por que passaram são elementos coadjuvantes – e menos relevantes – apenas para contextualizar suas “conquistas”.

⁸ Segundo Martinez (2004), a jornada do herói é uma estrutura narrativa que combina até 12 etapas (cotidiano; chamado à aventura; recusa ao chamado; travessia do primeiro limiar; testes, aliados, inimigos; caverna profunda; provação suprema; encontro com a deusa; recompensa; caminho de volta, ressurreição e retorno com o elixir).

Brasileiros compara personagens famosos ou desconhecidos aos heróis que integram a memória coletiva – o traço mais marcante em suas narrativas. Entretanto, não são apenas os famosos que recebem a alcunha de heróis. Personagens anônimos também ajudam a reconstruir a saga humana. A estes, são ressaltadas a resiliência e a convicção com que perseguem direitos e deveres políticos, ou a luta para que prevaleça a justiça, ou a persistência para a supressão de preconceitos. No entanto, as imagens dos heróis não evocam necessariamente outros direitos – os sociais – que um num país periférico como o Brasil ainda persistem. Os altos índices de pobreza e desemprego, o mau atendimento dos serviços públicos, o trabalho infantil, a violência familiar, as pessoas em situação de rua, por exemplo, ainda estão além de uma linha abordada pela publicação. Com essa postura, *Brasileiros* aposta no potencial do cidadão modelar e não trata necessariamente dos excluídos de qualquer direito social.

As narrativas jornalísticas de *Brasileiros*, quando analisadas em conjunto, evocam perfis ancorados, principalmente, nas trajetórias profissionais de cada entrevistado e, a partir daí, delineiam traços de cidadania e comprometimento. Tais entendimentos explícitos sobre um cidadão ideal também podem remeter ao perfil dos repórteres da equipe da revista, bem como à liberdade autoral que desfrutaram. A essa liberdade autoral, porém, parece faltar a iniciativa (e o interesse) de tornar tais narrativas mais embasadas nas ações emancipatórias que envolvem a cidadania – e menos nas funções regulatórias estabelecidas.

Nessa perspectiva concordamos com Motta (2010), para quem as fábulas contadas e recontadas pelo jornalismo revelam os sentidos mais profundos que habitam metanarrativas culturais mais ou menos integrais: o crime não compensa, a corrupção tem de ser punida, a propriedade precisa ser respeitada, o trabalho enobrece, a família é um valor supremo, a nação é soberana, e assim por diante. Relatos de cidadania que emergem explicitamente das reportagens da revista *Brasileiros*.

As intenções são nobres e parecem bem-sucedidas ao mostrar cidadãos que, lembrando Nietzsche (1983), vão *além do homem*, como *homens transbordantes* vencem a média e superam a expectativa que a sociedade lhes impõe. Mas o Brasil e os brasileiros não podem ter somente como referências esses homens transbordantes. O ocultamento do cenário subjacente é observado em tais reportagens. Estes são igualmente importantes e por isso merecem maior atenção.

Referências

BELTRÃO, Luiz. *Teoria e prática do Jornalismo*. Adamantina: FAI/Cátedra UNESCO Metodista de Comunicação para o Desenvolvimento Regional/Edições Omnia, 2006.

FENAJ - FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS. *Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros*. Atualizado no Congresso Extraordinário dos Jornalistas, Vitória, ES, 2007. Disponível em: <http://www.fenaj.org.br/federacao/cometica/codigo_de_etica_dos_jornalistas_brasileiros.pdf>. Acesso em: 21 mai. 2012.

FONTCUBERTA, Mar de; BORRAT, Hector. *Periódicos: sistemas complexos, narradores em interação*. Buenos Aires: La Crujía, 2006.

HENRIQUES, Maria José Rizzi; FORMENTÃO, Francismar. *Diálogos entre cidadania e a comunicação jornalística: um percurso metodológico*. In: Anais eletrônicos da V Conferência Brasileira de Mídia Cidadã, Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro), Guarapuava, PR, 2009. Acesso em: 15 fev. 2010.

KOVACH, Bill; ROSENSTIEL, Tom. *Os elementos do jornalismo*. O que os jornalistas devem saber e o público exigir. Tradução de Wladir Dupont, 2ª edição. São Paulo: Geração Editorial, 2004.

LEITE, Ligia Chiappini. *O foco narrativo (ou A polêmica em torno da ilusão)*. São Paulo: Ática, 2002.

MARTINEZ, Monica. Jornada do Herói: A Estrutura Narrativa Mítica na Construção de Histórias de Vida em Jornalismo. In *Intercom - Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*, Porto Alegre, 2004. Anais eletrônicos. Disponível em www.intercom.com.br. Acesso em: 12 mar. 2012.

MOREIRA, Alberto. O projeto humano na modernidade. In MEDINA, C. e GRECO, M. (orgs) *Do hemisfério sol: O discurso fragmentalista da ciência – Novo pacto da ciência 2*. São Paulo: ECA/USP/CNPq, 1993, pp.135-153.

MOTTA, Luiz Gonzaga. Análise pragmática da narrativa jornalística. In LAGO, C. e BENETTI, M. (orgs). *Metodologia de pesquisa em jornalismo*. 2ª edição. Petrópolis: Vozes, 2010.

_____. Jogos de linguagem e efeitos de sentido da comunicação jornalística. In *Revista Estudos em Jornalismo e Mídia*, Vol. I N° 2, 2004. Disponível em <www.periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/.../2077/1819>. Acesso em: 30 mar. 2012.

NIETZSCHE, Friedrich. Assim falou Zaratustra. In *Nietzsche – vida e obra, Pensadores*. 3ed. São Paulo: Editora Abril, 1983, p. 225-265.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Pela mão de Alice: O social e o político na pós-modernidade*. 8 ed. Porto: Afrontamento, 2002.

..... Para além do pensamento abissal. In SANTOS, B. e MENESES, M.P. (orgs). *Epistemologias do sul*. Coimbra: Almedina, 2010, p. 23-71.

SILVERSTONE, Roger. *Por que estudar a mídia?* São Paulo: Loyola, 2002.

VILAS-BOAS, Sergio. *Perfis: e como escrevê-los*. São Paulo: Summus, 2003.

Reportagens analisadas na revista Brasileiros

Brasileiros, edição 19, de fevereiro de 2009, A voz do povo.

Brasileiros, edição 42, de janeiro de 2011, Garoto bom.

Brasileiros, edição 46, de maio de 2010, A batalha do voo 1907.